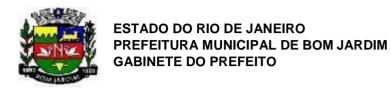
QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



PORTARIA № 499/2025, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COMBATE À COMERCIALIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL IRREGULARES, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E CAPACITAÇÃO DE AGENTES PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n° 377, de 29 de agosto de 2025, **RESOLVE**:

- **Art. 1º –** Aprovar o PROGRAMA DE COMBATE À COMERCIALIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL IRREGULARES, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E CAPACITAÇÃO, a ser executado e/ou gerenciado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural e o Serviço de Inspeção Municipal SIM/BJ.
- **Art. 2° -** Para efeitos desta norma, entende-se como irregular o produto de origem animal comercializado ou fabricado:
 - a) sem o correto registro junto a um Serviço de Inspeção;
 - b) comercializado fora da área política, municipal ou estadual, a qual o serviço de inspeção de origem do registro do produto autoriza ou é competente; e
 - c) produtos adulterados ou fraudados.
- **Art. 3°** O Programa aprovado tem como objetivo básico o combate à comercialização e fabricação de Produtos de Origem Animal POA fraudados, adulterados ou não devidamente registrados, promover educação sanitária e treinamentos no âmbito do Município de Bom Jardim.

Parágrafo Único. O programa previsto no **caput** deste artigo, deverão envolver prioritariamente o desenvolvimento e aplicação de ações de educação sanitária, objetivando a merenda escolar, o consumidor e em especial jovens e crianças no âmbito escolar;

- **Art. 4º -** No início de cada ano, o SIM deverá rever, avaliar e apresentar novo cronograma das atividades a serem realizadas ao longo do ano, nos moldes dos ANEXOS dispostos nesta portaria.
- Art. 5 º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDM/RJ, EM 25 DE SETEMBRO DE 2025.

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ PREFEITO

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 – Centro – Bom Jardim – RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA DE COMBATE À COMERCIALIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL FRAUDADOS, ADULTERADOS OU NÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS

1- Introdução:

O comércio de produtos de origem animal – POA - não inspecionados é uma realidade no município de Bom Jardim, expondo a população às doenças de origem alimentar e comprometendo a inocuidade dos produtos e a segurança alimentar. O consumidor carece de informações que esclareçam seus direitos de acesso a alimentos de origem animal inócuos e com padrões de qualidade estabelecidos, além de desconhecer o papel dos agentes do SIM neste cenário, fazendo-se necessária a implementação de um programa de combate permanente à obtenção, à transformação, ao trânsito e à exposição à venda de produtos de origem animal de forma irregular, bem como a execução do programa de atividades de educação sanitária.

2. Execução do programa:

2.1. Ações efetivas no comércio e indústria:

- 2.1.1. Execução do Plano de Coleta de Análises de Amostras junto às indústrias registradas no SIM, conforme previsto em regulamentação específica.
- 2.1.2. Ações conjuntas ou executadas pela Vigilância Sanitária VISA da Secretaria Municipal de Saúde em estabelecimentos do comércio varejista (ANEXO I);
 - 2.1.3. Integrar e se fazer representar no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE;
- 2.1.4. Sempre que possível ou chamado, integrar equipes ou promover a formação delas, para desenvolvimento de ações conjuntas de combate com demais órgãos atuantes na defesa da saúde pública e qualidade/segurança dos alimentos.

2.2. Ações educativas informativas ou protetivas aos consumidores:

- 2.2.1. Abordagem com distribuição de material informativo em feiras e comércio, para a identificação pelo consumidor da correta apresentação de um produto regularizado e os riscos de consumo destes guando não procedentes de estabelecimentos devidamente registrados;
- 2.2.2. Dar suporte técnico e legal ao PNAE, bem como promover treinamentos ou orientações a equipe de nutricionistas do Município, visando garantir a aquisição e recepção de POA legalizados, seu correto recebimento, identificação de fraudes de trocas de produtos fornecidos por outros não contratados, e por fim adulteração dos mesmos com riscos econômicos e danosos à saúde dos estudantes das escolas de Bom Jardim;
- 2.2.3. Desenvolver cronograma e utilizar material didático, em conjunto ou não com outras secretarias municipais ou instituições, para a aplicação de treinamentos, palestras ou outras ações educativas voltadas às associações de produtores e alunos da rede de ensino (ANEXO II E ANEXO III);
 - 2.2.4. Promover, quando possível, inserções nos meios de comunicação.

2.3. Treinamento e capacitação de atores envolvidos na execução do programa

- 2.3.1. Esse treinamento poderá ser ministrado por entidade externa ou pelos servidores municipais que detenham o notório saber ou apresentem propostas de capacitação em uma determinada área a ser desenvolvida;
- 2.3.2. As capacitações e/ou esclarecimentos necessários aos colaboradores pertencentes ao SIM ou externos, quanto aos métodos a serem utilizados nos programas de capacitação, educação sanitária e outros em planejamento, podem ser aulas teóricas ou práticas, em ambientes internos ou externos.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439

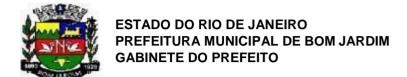


ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM GABINETE DO PREFEITO

2.4. Treinamentos e capacitações dos servidores do SIM e reuniões técnicas:

- 2.4.1. A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural deverá apoiar e estimular a capacitação, atualização e desenvolvimento técnico e profissional dos servidores que compõe o SIM;
- 2.4.2. A Coordenadoria do SIM deverá promover reuniões técnicas periódicas, com frequência mínima mensal, para o alinhamento dos procedimentos, treinamentos necessários e atualização das normas que envolvem o funcionamento do Serviço de Inspeção, que venham a ser editadas pelo SIM ou outros Serviços de Inspeção e de interesse comum. Em todas as reuniões e treinamentos serão registradas em livro próprio;
- 2.4.3. Quando da participação de servidores em eventos ou cursos com tema de interesse do SIM, a ocorrerem presencialmente ou não, as certificações geradas deverão ser arquivadas em pasta específica no serviço e lançadas em painel ou mapa de registro indicando o nome do servidor participante, do evento ou curso e a instituição promotora, data de sua ocorrência e a carga horaria.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ANEXO I

CRONOGRAMA DE AÇÕES DE COMBATE A CLANDESTINIDADE ANO: ______ COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE SIM E VISA

DATA PREVISTA (MÊS / ANO)	DATA REALIZADA	NOME DO SERVIDOR DO SIM

Obs: Locais e datas específicas da execução sujeitos às programações da VISA, ou em acordo com demanda de reclamações, denúncias ou de interesse do SIM (exemplo: locais de venda de produtos registrados no SIM, para verificação também de fraudes e adulterações)

ANEXO II CRONOGRAMA DE ATIVIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES ANO:

UNIDADE	DISTRITO	DATA(*)	TEMA	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL
ESCOLAR				2011119710	

^(*) A confirmação e a marcação das datas decorrem em acordo com o calendário escolar e a viabilidade de cada escola e seu Diretor.

ANEXO III FEIRAS LIVRES ANO:

DATA PREVISTA (MÊS / ANO)	DATA REALIZADA	NOME DO SERVIDOR DO SIM

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



DECRETO Nº 5.057, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar para o Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, no valor de R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais) e altera o Quadro de Detalhamento de Despesa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM, no uso de suas atribuições e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal nº 1.732/24,

DECRETA:

- Art. 1° Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais)**, para atendimento das demandas administrativas e operacionais junto à **Prefeitura Municipal de Bom Jardim**, em conformidade com o art. 8° da Lei Municipal nº 1.732/24, de acordo com o anexo único.
- Art. 2° O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do art. 43, parágrafo primeiro, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme descrito no anexo único que segue com o presente.
- Art. 3º Em decorrência dos artigos 1º e 2º deste Decreto, fica alterado o Quadro de Detalhamento de Despesas de diversas unidades orçamentárias.
 - Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 25 DE SETEMBRO DE 2025.

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ

PREFEITO

ANEXO

DECRETO NÚMERO: 5.057, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.

PROG. DE TRABALHO	CONTA	NAT. DESPESA	F. RECURSO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
02.600.154520035.2.051000	424	3390.39.00	170500	61.800,00	0,00
02.400.041220010.2.027000	283	3390.39.00	170500	0,00	61.800,00
Totais em R\$				61.800,00	61.800,00

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ

PREFEITO

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



DECRETO Nº 5.056, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar para o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jardim, no valor de R\$ 143.098,45 (cento e quarenta e três mil e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos) e altera o Quadro de Detalhamento de Despesa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM, no uso de suas atribuições e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal nº 1.732/24,

DECRETA:

- Art. 1° Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 143.098,45 (cento e quarenta e três mil e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos)**, para atendimento das demandas administrativas e operacionais junto ao **Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jardim**, em conformidade com o art. 8° da Lei Municipal nº 1.732/24, de acordo com o anexo único.
- Art. 2° O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do art. 43, parágrafo primeiro, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme descrito no anexo único que segue com o presente.
- Art. 3° Em decorrência dos artigos 1° e 2° deste Decreto, fica alterado o Quadro de Detalhamento de Despesas de diversas unidades orçamentárias.
 - Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 24 DE SETEMBRO DE 2025.

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ

PREFEITO

ANEXO

DECRETO NÚMERO: 5.056, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025.

PROG. DE TRABALHO	CONTA	NAT. DESPESA	F. RECURSO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
05.900.082440073.2.091000	879	3390.36.00	166002	5.191,46	0,00
05.900.082440070.2.088000	779	3390.39.00	170001	1.031,00	0,00
05.900.082440073.1.046000	826	4490.52.00	166100	2.600,00	0,00
05.900.082440073.1.046000	827	4490.52.00	166002	1.900,00	0,00
02.602.154510034.1.075000	450	4490.51.00	170001	35.800,00	0,00
05.900.082440073.2.091000	881	3390.39.00	166100	8.500,00	0,00
05.900.082440071.1.841000	806	4490.52.00	166102	3.400,00	0,00
05.900.082440071.2.215000	823	3390.39.00	166102	4.790,00	0,00
05.900.082440073.2.090000	861	3390.32.00	166102	3.000,00	0,00
05.900.082440073.2.143000	886	3390.30.00	166003	18.800,00	0,00
05.900.082440073.2.143000	887	3390.36.00	166003	3.500,00	0,00
05.900.082440073.2.143000	888	3390.39.00	166003	4.200,00	0,00
05.900.082440071.2.221000	825	3390.39.00	166004	4.800,00	0,00
05.900.082440071.2.215000	1798	3390.30.00	166006	8.800,00	0,00
05.900.082440073.2.089000	845	3390.30.00	166006	4.200,00	0,00
05.900.082440073.2.089000	841	3190.11.01	166006	32.585,99	0,00

ESTADO DO RIO DE JANEIROPREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM GABINETE DO PREFEITO

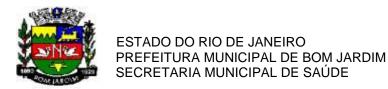
05.900.082440070.2.142000	785	4490.30.00	166002	0,00	4.160,46
05.900.082440071.2.215000	817	3390.30.00	166102	0,00	57.179,32
05.900.082440073.2.091000	874	3390.30.00	166100	0,00	79.696,67
05.900.082440071.2.071000	1858	3390.30.00	170001	0,00	1.031,00
05.900.082440073.2.089000	846	3390.30.00	166101	0,00	1.031,00
Totais em R\$	143.098,45	143.098,45			

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ

PREFEITO

* REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Fundo Municipal de Saúde

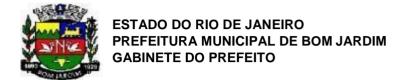
A Secretária Municipal de Saúde, de ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito, vem a público informar que a Prefeitura Municipal de Bom Jardim fará realizar Audiência Pública, no dia 29 de Setembro de 2025, segunda feira, às 10h, na Casa da Cultura, situado na Rua Mozart Serpa de Carvalho, 190 - Centro, Bom Jardim - RJ, 28660-000, ocasião em que será apresentada a Execução Orçamentária e Avaliação de Gestão Fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jardim relativa ao período até o 2º Quadrimestre de 2025, buscando atender ao disposto no art. 9º § 4º da Lei Complementar nº 101/00.

Os relatórios com os respectivos dados e informações técnicas referentes à audiência em meio impresso e/ou magnético a todos os interessados que poderão retirar os mesmos junto a Sede da Prefeitura Municipal no 3º andar na Secretaria Municipal de Saúde, ou se desejar, solicitar o encaminhamento via e-mail, através do endereço eletrônico fundomunicipalbj@hotmail.com no dia 29/09/2025 no horário de 9 às 16 horas, estando à disposição para esclarecimentos de dúvidas ou maiores informações através do citado endereço eletrônico.

Bom Jardim, 25 de setembro de 2025.

Simone Leal de Almeida Salles Secretária Municipal de Saúde

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 – Centro – Bom Jardim – RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



PORTARIA № 490/2025, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A COLETA E VERIFICAÇÃO OFICIAL DO CONTROLE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM, E SEUS RESPECTIVOS PARÂMETROS E PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS.

- O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n° 377, de 29 de agosto de 2025, **RESOLVE**:
- **Art. 1º** Ficam estabelecidos os procedimentos referentes à verificação e coleta oficial e as exigências de análises laboratoriais da água de abastecimento e dos produtos de origem animal, em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal SIM.
- **Art. 2º** Os procedimentos para o programa e coleta de amostras para análises fiscais dos produtos nos estabelecimentos registrados no SIM, estão descritos na Portaria n° 23, de 18 de janeiro de 2022 e Portaria n° 228, de 07 de maio de 2025, que define o modelo de Solicitação de Análise Oficial SOA.
- **§1º** As análises fiscais oficiais da água não são executadas pelo SIM, ficando o controle laboratorial e *in loco* da qualidade da água de abastecimento sob responsabilidade da empresa, em acordo com seu respectivo plano de amostragem e autocontroles.
- §2º Não cabe a solicitação pela empresa de perícia de contraprova para os produtos em casos de resultados microbiológicos fora dos padrões estabelecidos e regulamentados pelo MAPA ou MS/ANVISA.
- §3º Para a execução de análises fiscais dos produtos, deverão ser coletadas amostras:
- I Em triplicata, para as análises físico-químicas; e
- II- Única, para análises microbiológicas.
- **Art. 3º** Em situações de risco epidemiológico que justifique um alerta sanitário, o SIM poderá utilizar outros parâmetros físico-químicos e microbiológicos não incluídos nos padrões pré-estabelecidos nesta portaria, em razão de tipo de risco, ou aplicar plano de amostragem mais rígido conforme International Commission On Microbiological Specifications for Foods ICMSF.
- **§1º** As exceções incluem elucidações de Doenças Transmitidas por Alimentos DTA e rastreabilidade de patógenos que podem ser incluídas determinações de microrganismos e toxinas que não constam explicitamente nos critérios e limites discriminados nos Anexos desta portaria.
- **§2º** Entende-se por fator de risco, em se tratando de saúde, qualquer situação que aumente a probabilidade de ocorrência de uma doença ou agravo à saúde.
- §3º O SIM deverá adotar os regulamentos técnicos de identidade e qualidade, padrões microbiológicos e físico químicos de alimentos e água publicados pelo Ministério da Agricultura MAPA e Ministério da Saúde/ANVISA.
- **Art. 4º** Para a verificação oficial do autocontrole da água de abastecimento e produtos nos estabelecimentos, o SIM deverá atender os procedimentos abaixo:
- I-o SIM, durante a fiscalização no estabelecimento, deve verificar os dados descritos nos programas de autocontroles de qualidade da água e produtos, resultados dos laudos de análises executados pela empresa, suficiência e cumprimento da frequência dos exames e o atendimento dos padrões definidos nesta Portaria;

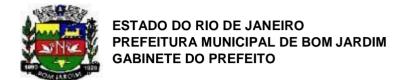
QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 – Centro – Bom Jardim – RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM GABINETE DO PREFEITO

- II nos estabelecimentos que recebem água de rede de distribuição, sistema de abastecimento de água, público ou privado, o SIM poderá aceitar a apresentação dos dados e laudos de análises realizadas pelo órgão ou entidade responsável pelo sistema de abastecimento;
- III os estabelecimentos que utilizam água de captação subterrânea ou superficial são responsáveis pelo tratamento da água, quando for o caso, e pelo cumprimento desta portaria;
- IV o plano amostral a ser implantado pelo estabelecimento para autocontrole da água e de produtos estará sujeito à apreciação do SIM;
- V as análises de controle da água do estabelecimento do cloro e pH, que são parâmetros básicos de potabilidade da água, deverão ser realizadas preferencialmente in situ; e
- VI os estabelecimentos poderão estar dotados de laboratório próprio para o controle de matéria prima, produtos e água de abastecimento, sem prejuízo ao disposto nos demais incisos deste artigo e seus parágrafos.
- §1º Os laudos das análises de controle da empresa devem ser emitidos por laboratórios a escolha da mesma, desde que este adote métodos de análise reconhecido pelo MAPA.
- **§2º** O responsável pelo controle de qualidade do estabelecimento poderá promover alteração na frequência mínima de amostragem, mediante justificativa fundamentada no histórico mínimo de dois anos de controle de qualidade de água e produtos.
- §3º Caberá ao SIM avaliar o pleito considerando o histórico, os respectivos planos de amostragem e riscos à saúde pública.
- **Art. 5º** Os resultados oficiais das amostras oficiais devem ser enviados pelo Laboratório Oficial diretamente à Diretoria de Inspeção para serem analisados, incluídos na planilha de controle, e se necessário, determinar os procedimentos a serem adotados pelo SIM.
- **Art. 6º** As amostras oficiais serão encaminhadas para laboratório oficial credenciado ou conveniado junto à Prefeitura Municipal de Bom Jardim.
- **§1º** As despesas e responsabilidades pelo envio e realização das análises ocorrerão por conta do estabelecimento, em conformidade com a Lei Complementar e Decreto que a regulamenta.
- **§2º** As análises fiscais para verificação oficial de produtos de origem animal serão enviadas acompanhadas da Solicitação Oficial de Análises SOA, em modelo previamente elaborado pelo SIM, e preenchido depois de cumpridos os demais procedimentos de coleta.
- §3º O modelo do SOA, seu preenchimento e demais procedimentos de coleta, são descritos em normas complementares.
- **Art. 7º** A frequência mínima para análise fiscal de produtos em estabelecimentos sob Inspeção Municipal em caráter periódico está descrita no Anexo I desta portaria.
- **Art. 8º** Caso seja observada a ocorrência de resultados não conformes com o padrão dos produtos ou outros fatores de risco à saúde, o SIM poderá, sem prejuízo das demais ações previstas, aumentar a freqüência das coletas e envio de amostragem fiscal e realizar análises laboratoriais de parâmetros adicionais.
- **Parágrafo único**. A intensificação das análises fiscais previstas no caput deste artigo, deverá ser mantida até que a normalidade seja restabelecida.
- **Art. 9º** Durante a fiscalização no estabelecimento, independentemente do plano de amostragem e do cronograma de coleta oficial, o SIM poderá coletar amostras para análises fiscais a fim de verificar o atendimento de outros padrões, além daqueles definidos em regulamentação, ou ainda quando houver suspeita da ocorrência de desvios pelo estabelecimento e de seus produtos.
- Art. 10 O descumprimento dos parâmetros estabelecidos em regulamentação específica que os

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



padronizam dará ensejo às penalidades descritas na Lei Complementar n°377, de 29 de agosto de 2025 e em suas regulamentações.

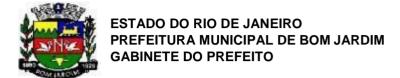
Art. 11 Ficam revogadas a Portaria n° 423, de 23 de novembro de 2021 e Portaria n° 229, de 07 de maio de 2025.

Art. 12 Esta Portaria e seu anexo entram em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/RJ, EM 25 DE SETEMBRO DE 2025.

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ PREFEITO

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ANEXO I

FREQUÊNCIA MÍNIMA PARA ANÁLISE FISCAL DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO E PRODUTOS EM ESTABELECIMENTOS SOB INSPEÇÃO MUNICIPAL EM CARÁTER PERIÓDICO

Risco estimado associado ao estabelecimento (*)	Frequência mínima para análise fiscal de produtos
1	Anual
2	Semestral
3	Trimestral
4	Mensal

Legenda: * Conforme Portaria nº 343/2021.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



PORTARIA Nº 489/2025, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO E SOBRE OS INSTRUMENTOS OFICIAIS PARA A INSPEÇÃO E SUPERVISÃO NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL -SIM, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DÁ **PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n° 377, de 29 de agosto de 2025, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar o processo administrativo de apuração de infração no âmbito de atuação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Parágrafo Único: São consideradas infrações para efeito desta Portaria, no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal, as sanitárias, higiênico, tecnológicas ou documentais.

Art. 2º Aprovar os termos, relatório e autos oficiais que compõem o processo administrativo, de suporte às ações de inspeção e de sanções no âmbito de atuação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

Art. 3º Aprovar os seguintes anexos:

Anexo I – Regulamento do Processo Administrativo de Apuração de Infração no Âmbito de Atuação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

Anexo II - Modelo de Requerimento para recurso;

Anexo III - Auto de Infração;

Anexo IV - Auto de Multa;

Anexo V – Auto de Apreensão, Depósito, Suspensão, Interdição, Liberação, Condenação e Inutilização;

Anexo VI – Termo de Advertência:

Anexo VII - Termo de Intimação;

Anexo VIII - Termo Aditivo;

Anexo IX – Termo de Revelia; Anexo X – Termo de julgamento de Auto de Infração (Parte 1: Auto de Infração Procedente e Parte 2: Auto de Infração Improcedente); e

Anexo XI – Relatório de Instrução para julgamento em 1ª Instância.

Art. 4º Todos os termos, autos e relatórios deverão ser emitidos em 03 (três) vias, sendo uma para o estabelecimento, um para o respectivo processo do SIM e o terceiro para arquivo e controle do SIM.

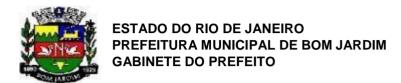
Art. 5º O SIM deverá criar sistema ou metodologia interna, informatizada ou não, para organização e controle dos documentos, acompanhamentos, processos e sanções geradas.

Art. 6º Os prazos para recursos ou contestação começam a correr de forma ininterrupta, a partir da data da cientificação oficial, ou seja, pela tomada de conhecimento do respectivo termo ou relatório pelo autuado ou responsável legal do estabelecimento, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º O estabelecimento poderá, no prazo previsto em regulamentos específicos já publicados ou em acordo com o constante no corpo do respectivo termo ou auto, protocolizar a defesa ou contestação do documento contra ele emitido.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



Art. 7º O conjunto das peças do processo como Autos, Termos, Defesas, Laudos, Relatórios, entre outros insertos, constituem os autos que contêm os atos processuais.

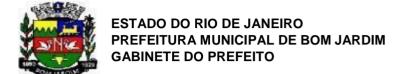
Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 22, de 18 de janeiro de 2022.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/RJ, 25 DE SETEMBRO DE 2025.

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ PREFEITO

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 – Centro – Bom Jardim – RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ANEXO I

REGULAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM

CAPÍTULO I PROCESSO ADMINISTRATIVO

- **Art. 1º** A instauração do Processo Administrativo ocorre mediante a lavratura do Auto de Infração, o qual se constitui na peça inaugural do processo.
- **Art. 2º** Após a lavratura do Auto de Infração, as vias do arquivo do SIM e do referido processo permanecerão na sede do SIM até findar-se o prazo regulamentar de 10 (dez) dias para a protocolização da defesa ou contestação, caso exista interesse do autuado, podendo este utilizar-se do modelo de formulário para defesa descrito no Anexo II desta Portaria.
- § 1º Caso não ocorra a protocolização da defesa pelo autuado dentro do prazo legal, o Coordenador de Inspeção do SIM deverá solicitar ou emitir o Auto de Multa e proceder a abertura de processo junto ao Protocolo geral da Prefeitura de Bom Jardim, para as providências necessárias.
- § 2º Caso ocorra a protocolização da defesa pelo autuado no prazo legal de 10 (dez) dias, o processo aberto receberá os posteriores andamentos pelo SIM.
- **Art. 3º** Os documentos que formarem o processo, reunidos em volume, serão capeados e numerados sequencialmente, devendo por o carimbo no canto superior direito da folha que será preenchido com o número correspondente e a rubrica do responsável pela numeração.
- **Art. 4º** O conjunto das peças do processo como Auto de infração, Auto de Multa, Termo de Interdição, Auto de Apreensão, Defesa, Laudos, entre outros insertos, constituem os autos que contêm os atos processuais.

Seção I Dos Prazos no Processo Administrativo

Art. 5º Os prazos começam a correr de forma ininterrupta, em dias úteis, a partir da data da cientificação oficial, ou seja, pela tomada de conhecimento do Auto de Infração pelo autuado ou responsável legal do estabelecimento, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único: Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

Seção II Auto de Infração

- **Art. 6º** O Auto de Infração é o documento que dá origem ao Processo Administrativo, constituindo-se em um instrumento utilizado pela Administração, a fim de levar ao conhecimento do sujeito infrator os atos, situações ou fatos ilícitos que o servidor autuante do SIM, constatou em sua atividade fiscalizadora, conforme modelo constante no Anexo III desta Portaria.
- **Art. 7º** O Auto de Infração será lavrado na sede do órgão competente ou no local em que for verificada a infração pelo servidor do SIM, devendo constar os seguintes requisitos:
- I razão social ou nome do autuado (pessoa física ou jurídica), endereço, CNPJ ou CPF, classificação do estabelecimento e número do registro no SIM, bem como quaisquer outros elementos importantes a sua identificação;
- II o local, a data e a hora em que foi verificada a infração, ou seja, o momento da inspeção, mesmo quando o Auto de Infração for lavrado posteriormente na sede da repartição;
- III a descrição da infração, bem como o dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM GABINETE DO PREFEITO

- IV tipificação da infração e a menção das penalidades previstas;
- V ciência do autuado de que responderá pelo fato em Processo Administrativo, a qual poderá ocorrer mediante sua assinatura no próprio Auto de Infração, pelos Correios, com aviso de recebimento, ou pela publicação de edital quando estiver em lugar incerto ou não sabido;
- VI nome, data da lavratura e identificação funcional do servidor autuante;
- VII assinatura do autuado em todas as vias do Auto de Infração ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas devidamente identificadas; e
- VIII o prazo para o autuado apresentar recurso (defesa ou impugnação) do Auto de Infração.
- **Art. 8º** O Auto de Infração será lavrado em 3 (três) vias, sendo a 1ª via do Autuado; a 2ª via do Arquivo do SIM, e a 3ª via, integrante do processo.
- § 1º Os dispositivos legais podem ser citados da seguinte forma: artigo; parágrafo; inciso; alínea; norma (lei, decreto, portaria e outros).
- **§2º** A descrição da infração deve estar amparada no texto legal, de forma clara e concisa, de maneira a permitir a caracterização das infrações encontradas e a plena defesa por parte do autuado.
- **§3º** Em caso de extrema impossibilidade de especificar todos os detalhes que levaram a aplicação do Auto de Infração, deverá após a lavratura, o autuante fazer um relatório.
- **Art. 9º** Caso a autoridade autuante constate erro material, após emitido o Auto de Infração, deverá corrigi-lo com a emissão de Termo Aditivo (Anexo VIII), e cientificar o autuado.

Seção III Auto de Multa

- **Art. 10** O Auto de Multa é o instrumento legal gerado pelo SIM, com base no Auto de Infração, para estabelecer infringência da Lei Complementar n° 377, de 29 de agosto de 2025, e executar o processo de cobrança e pagamento pecuniário em valores previstos na Lei Complementar Municipal nº 218, de 14 de dezembro de 2016.
- § 1º O Auto de Multa será lavrado em 3 (três) vias sendo a 1ª via do Autuado, a 2ª via do Arquivo do SIM, e a 3ª via encaminhada à Secretaria Municipal de Fazenda para demais medidas pertinentes, tendo como modelo o previsto no Anexo IV desta Portaria.
- § 2º O Auto de Multa só será lavrado após findados todos os recursos interpostos pelo autuado, ou findados os prazos previstos em Lei Complementar nº 377, de 29 de agosto de 2025.
- § 3º A via do Auto de Multa de propriedade do autuado é o instrumento a ser utilizado por ele para executar o recolhimento do valor pecuniário junto à Secretaria Municipal de Fazenda.

Seção IV Notificação do Infrator

- Art. 11 O infrator será notificado para ciência do Auto de Infração e defesa:
- I pessoalmente, mediante aposição de assinatura da pessoa física, do representante legal da pessoa jurídica ou procurador com poderes especiais, sendo entregue ao autuado a 1ª via do documento; II por via postal com Aviso de Recebimento AR, mediante o encaminhamento da 1ª via do documento
- (encaminhar por AR e anexar recibo de entrega no processo); ou III por edital, quando estiver o infrator em lugar incerto ou não sabido.
- §1º Presume-se, para efeito de notificação, como representante legal de pessoa jurídica, aquele que for responsável pelo estabelecimento onde se verificou a infração.
- § 2º Quando da expedição de notificação por via postal será a correspondência dirigida ao endereço no qual foi verificada a infração.

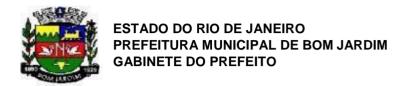


- Art. 12 As notificações previstas nos incisos II e III do artigo 11, presumem-se feitas:
- I quando por via postal, da data do recebimento do AR pelo destinatário; ou
- II quando por edital, no tempo do prazo, a contar de 5 (cinco) dias, após sua publicação.
- **§ 1º** Do edital constará, em resumo, o Auto de Infração ou decisão, e será publicado uma única vez, no Diário Oficial do Município, considerando-se efetivada a ciência, 5 (cinco) dias após a publicação.
- § 2º Deverá ser juntada aos autos a cópia da página do exemplar da publicação, não bastando apenas o recorte da publicação, devendo constar a data da mencionada publicação.
- **Art. 13** Caso o infrator seja notificado pessoalmente e recusar-se a exarar a ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação, e neste caso, o Auto de Infração deverá ser assinado por duas testemunhas devidamente identificadas e pelo autuante.
- **Art. 14** Caso o AR não retorne e o autuado apresente defesa ou impugnação, o processo seguirá os trâmites normais.
- **Art. 15** Caso o AR não retorne num prazo razoável e o autuado não apresente defesa ou impugnação, deverá ser realizada nova tentativa de envio.
- **Art. 16** Caso o AR retorne com informação de "mudou-se", "recusado" ou outras situações que demonstrem não ter chegado o Auto de Infração ao conhecimento do autuado, deverá ser realizada a notificação por edital.
- **Art. 17** Quando o AR retornar, este deverá ser juntado ao processo, devendo o servidor efetuar a contagem do prazo e certificá-la nos autos.

Seção V AUTO DE APREENSÃO, DEPÓSITO, SUSPENSÃO, INTERDIÇÃO, LIBERAÇÃO, CONDENAÇÃO E INUTILIZAÇÃO

- **Art. 18** A interdição cautelar, total ou parcial, do estabelecimento, obra, produto ou equipamento utilizado no processo produtivo pode ser determinada pela autoridade de inspeção imediatamente, sem ouvir a parte contrária, em função da existência de ameaça ou risco grave de natureza higiênicosanitária à saúde pública, devendo ser lavrado, nessa circunstância, o Auto de Interdição, conforme Anexo V desta Portaria.
- **Art. 19** As interdições cautelares são medidas de exceção e possui como limite os princípios lógicos, legais e técnicos, somente podendo ser aplicadas em situações que se fazem imprescindíveis a célere ação estatal.
- **Parágrafo único**. Os limites impostos ao servidor do SIM são de avaliação de risco e a necessidade da adoção da medida acauteladora com base em critérios técnicos sanitários e também nos princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que a ação realizada deverá ser proporcional à necessidade pública.
- **Art. 20** O prazo de interdição deverá ser informado no Auto, caso em que, na impossibilidade de um prazo específico, será aposta a frase por "Prazo Indeterminado", até que sejam sanadas as irregularidades que motivaram a interdição.
- § 1º. A interdição parcial, total ou de produtos terão prazos máximos de 90 (noventa) dias.
- § 2º. Ao final do prazo apontado no Auto, não havendo qualquer manifestação da autoridade fiscalizadora, o objeto da interdição estará automaticamente liberado.
- **Art. 21** A apreensão dos produtos, materiais, insumos ou equipamentos será realizada pelo servidor do SIM, quando verificado risco de danos à saúde pública.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 – Centro – Bom Jardim – RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



- **Art. 22** Deverão ser especificados no Auto de Apreensão, Depósito, Suspensão, Interdição, Liberação, Condenação e Inutilização Anexo V desta Portaria, os dados dos produtos, materiais, locais ou seções e insumos, tais como: seção de envase, cortes, quantidade apreendida, nome do produto, validade do produto, lote, especificações técnicas e/ou funções.
- **Art. 23** A apreensão de produtos, materiais ou insumos com ou sem interdição de equipamentos, setores ou da atividade produtiva, poderá ocorrer nos casos em que sejam flagrantes os indícios de alteração ou adulteração do produto, caracterizando o risco sanitário, em caso de fabricação sem prévio registro junto à inspeção sanitária ou produtos e rotulagem em desacordo com o aprovado, em caso de verificação de não conformidades graves de instalações e/ou equipamento, ou em caso de prazo de validade expirado.
- **Art. 24** A inutilização dos produtos apreendidos e condenados, uma vez determinada pela autoridade fiscalizadora e constando no Auto de Apreensão, deverá ser executada pelo autuado no momento da inspeção ou em período de 15 (quinze) dias, cabendo neste caso informar e comprovar a destinação apropriada dos produtos com confirmação do ato pelo estabelecimento que executou a inutilização.
- **Art. 25** A Apreensão cautelar, e tendo o autuado como fiel depositário, terá seu tempo determinado, ficando o objeto da apreensão automaticamente liberado após decorrido este prazo, caso não haja manifestação da autoridade fiscalizadora.

Seção VI Termo de Advertência

Art. 26 A notificação de Advertência (Anexo VI) é o documento a ser emitido pela Coordenação do SIM e encaminhado para ciência do Autuado, na ocorrência de infração transitada, julgada e não convertida em multa, em conformidade com o artigo 20 e 24 da Lei Complementar n° 377, de 29 de agosto de2025.

Parágrafo único O Termo de Advertência será lavrado em 3 (três) vias - sendo a 1ª via do Autuado; a 2ª via do Arquivo do SIM, e a 3ª arquivada no processo, após ciência do autuado.

Seção VII Termo de Intimação

- **Art. 27** O Termo de Intimação é um instrumento a ser usado para cientificar sobre atos, decisões, prazos ou a necessidade de praticar alguma ação por parte da empresa.
- **Art. 28** A intimação pode ocorrer durante as inspeções e também serve para informar e dar oportunidade de manifestação ou cumprimento de deveres, sendo obrigatório o cumprimento dos prazos e obrigações estipulados, sob pena de consequências legais.

Seção VIII Relatório de Instrução para Julgamento

Art. 29 O Relatório de Instrução para Julgamento (Anexo XI) é a síntese do apurado no processo de caráter informativo e opinativo, sem efeito vinculante para a Administração ou para os interessados no processo que possibilita a manifestação do servidor autuante.

Parágrafo único. Embora a autoridade julgadora não fique vinculada ao Relatório de Instrução para Julgamento ele é peça importante do processo administrativo, pois contém elementos essenciais à decisão, principalmente no que diz respeito a questões técnicas.

Art. 30 É necessário que o Relatório de Instrução para Julgamento contenha uma análise completa dos elementos constantes no processo, levando em consideração: a autuação, as infrações cometidas, as alegações do autuado, as provas apresentadas e o embasamento técnico e legal que o fundamenta.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 – Centro – Bom Jardim – RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM GABINETE DO PREFEITO

Art. 31 O servidor deverá mencionar no relatório a existência de circunstâncias atenuantes e agravantes, como, por exemplo, o fato do autuado ser reincidente.

Parágrafo único: Na hipótese de haver concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena deve ser considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 32 Verifica-se reincidência quando o infrator cometer nova infração depois do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado pela infração anterior, podendo ser genérica ou específica.

Parágrafo único: A reincidência genérica é caracterizada pelo cometimento de nova infração e a reincidência específica é caracterizada pela repetição de infração já anteriormente cometida.

Art. 33 O Relatório de Instrução para julgamento deve conter:

- I identificação do estabelecimento e outras informações que introduzam o assunto e orientem sobre a situação processual:
- II uma síntese das alegações e das provas apresentadas pelo autuado de forma resumida, clara e objetiva; deverá analisar se o recurso foi apresentado tempestivamente ou intempestivamente, e quando não for apresentado, especificar que o autuado não apresentou defesa;
- III análise dos fatos descritos no Auto de Infração, dos argumentos e das provas apresentadas pelo autuado para orientar a decisão da autoridade superior. As circunstâncias atenuantes, agravantes, o risco sanitário e a gravidade do fato devem ser considerados e referidos, se existentes;
- IV posicionamento conclusivo do servidor, sugestão da penalidade a ser aplicada e encaminhamento à autoridade julgadora.

Seção IX Do Julgamento

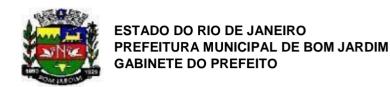
- **Art. 34.** O servidor do SIM, que lavrou o Auto de Infração não poderá autuar também como autoridade julgadora sob pena de nulidade processual, devendo nesse caso, a decisão ser emanada apenas pelo Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- **Art. 35** O julgamento deve ser realizado pelo Coordenador do SIM com base na infração descrita no Auto, na manifestação do autuado, na apreciação das provas e no Relatório de Instrução, seguindo-se da decisão.

Parágrafo Único. Não havendo a manifestação de recurso por parte do autuado no prazo determinado, o processo deverá ser concluso e julgado à revelia.

- **Art. 36** Não é lícito à autoridade julgadora argumentar sobre fatos estranhos ao processo ou deixar de avaliar os argumentos apresentados pelo autuado.
- **Art. 37** O julgamento no Processo Administrativo (Anexo X) deve ser elaborado em separado, contendo a apreciação dos elementos do processo, a decisão e o encaminhamento.
- **§1º** O julgamento deverá sempre ser legalmente motivado, havendo uma garantia do autuado quanto à imparcialidade do julgador e ao pleno exercício do contraditório.
- § 2º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
- **Art.38** Não sendo oferecido recurso de decisão de 1ª (primeira) instância caberá ao Coordenador de Inspeção concluir o processo através da notificação ao infrator da decisão final.

Seção X Dos Recursos

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



Art. 39 Do julgamento em 1ª (primeira) instância caberá recurso, em face de razões de legalidade e do mérito, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência ou da data de divulgação oficial da decisão.

Parágrafo Único. Do julgamento em 1ª (primeira) instância será notificado o autuado, através de expediente acompanhado da íntegra da decisão.

- **Art. 40** A autoridade competente para decidir o recurso em 2ª (segunda) e última instância é o Prefeito, respeitados o prazo de 10 (dez) dias e os procedimentos previstos para a interposição de recurso.
- **Art. 41** O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.
- Art. 42 O recurso não será conhecido quando interposto:
- I fora do prazo;
- II perante órgão incompetente;
- III por quem não seja legitimado;
- IV após exaurida a esfera administrativa.

Parágrafo único: Na não interpelação de recurso ou na ocorrência dele fora do prazo de 15 dias após a cientificação do autuado o responsável do SIM deverá emitir o Termo de Revelia.

Art. 43 Deverá ser dada ciência ao Recorrente da decisão de julgamento de 2ª (segunda) instância, através de expediente acompanhado da íntegra da decisão.

Seção XI Encerramento do Processo Administrativo

- Art. 43 O processo será considerado encerrado:
- I depois de prolatada a decisão final irrecorrível;
- II ocorrido o cumprimento das formalidades processuais e a efetivação das medidas impostas pela decisão:
- III após o julgamento final em 2ª (segunda) instância, notificando o autuado através de expediente acompanhado da íntegra da decisão, sendo lhe dado o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento da multa prevista no Auto de Infração, se houver, junto a Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único: Caso o infrator não interponha recurso de modo tempestivo ou fora do prazo após a decisão de 1ª (primeira) instância, a multa, se houver, será lançada e ser-lhe-á dado o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento.

Art. 44 Após a efetivação das medidas impostas e publicação da decisão, o processo poderá ser arquivado.

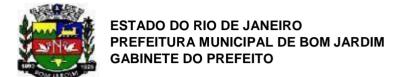


ANEXO II MODELO DE REQUERIMENTO PARA RECURSO

Ilmo. Sr (a) Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural

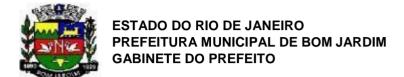
IDENTIDADE	ASSINATURA		CPF OU
Bom Jardim,//20_	Nome (por extenso)		
Relação de documentos ar	nexados:		
Justificativa:			
Requer:			
Cidade: Bom Jardim / RJ	Fone:	E-mail:	
End.:			
CNPJ/CPF:			
A empresa:			

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ANEXO III AUTO DE INFRAÇÃO

		AUTO DE I	NFRAÇÃO r	۱ ^٥		
		de/				
Decreto	nº	, no exercício 5.030/25,	da fiscaliza Lavrei	ção que ti este	ata a Lei Auto	ção Municipal, Matrícula N ^o 377/25, regulamentada pelo para a empresa , registrada no Serviço de
Inspeção N	Municipal s	ob o nº	, CNPJ /	CPF nº		, situada
Devido ao	enquadra (le	mento no inciso (ei ou decreto), obse	(s)ervando as s	eguintes ir	Artigo(s) regularidade	do(a)
		r, lavrei o present nas, entregando a p			m três vias	s, assinadas por mim e pelc
escrita, ac	ompanhada	a das provas que	entender ne	cessárias,	no período	e Inspeção Municipal defesa de 30 (trinta) dias conforme revelia do autuado (a).
Em de)	de				
	Autuante	(nome, assinatura	e carimbo			
	Autu	uado (nome, assina	itura)			Identidade ou CPF
Testemunh	nas:					
		Nome e assinatui	ra			Identidade ou CPF
		Nome e assinatui	 ra			Identidade ou CPF

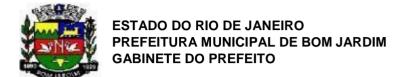


ANEXO IV AUTO DE MULTA

AUTO DE MULTA nº

Às horas de
CNPJ / CPF nº, registrada no Serviço de Inspeção Municipal sob o nº, situada
Assinatura e Carimbo – SIM
Ciente em/, às horas.

Assinatura Autuado



ANEXO V

AUTO DE APREENSÃO, DEPÓSITO, SUSPENSÃO, INTERDIÇÃO, LIBERAÇÃO, CONDENAÇÃO E INUTILIZAÇÃO

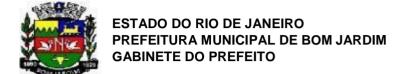
	N°: SIM/AUTO N°/DATA:
O.	Razão social:
IDENTIFICAÇÃO	Endereço:
NTIF	CNPJ / CPF:
IDEI	Classificação: SIM n°
Des	scrição da Ocorrência e Enquadramento da Infração (Artigo / Legislação utilizada):
	ENQUADRAMENTO DA PENALIDADE CONFORME LEI COMPLEMENTAR n° 377/25
PENALIDA	() Apreensão Cautelar/ fiel depositário () Apreensão (com inutilização) () Interdição () Condenação () Inutilização
	Neste ato fica () Apreendido () Liberado
/ ,	Bens/Produtos/insumos apreendidos:
VSÃC	Nome do depositário / Responsável:
APREENSÃO PERÓSITO	Fiel depositário: O Próprio () Outro(s) () neste caso Descrever:
A	Tempo determinado EM CASO DE APREENSÃO CAUTELAR:
	CPF: Função na empresa:
	Neste ato fica () Interditado () Desinterditado
INTERDIÇÃO / LIBERAÇÃO	Os Bens () Produtos() insumos () Seção ou área () conforme descritos:
ERA	
LIB	
ÃO /	
) DIĆ	Intendica Dencial () Total () Deconica o
IER	Interdição Parcial() Total()Descrição:
Ξ	Tempo Determinado () Indeterminado () Descrição:
	Bens/Produtos/insumos Condenados:
ÃO	
IAÇ.	j
DEN	
CONDENAÇÃO	Descrição do(s) Motivo(s):



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM GABINETE DO PREFEITO

	Inutilizados no local () aproveitamento condicional () Destinado(s) para Inutilização em outro estabelecimento () Forma da inutilização ou aproveitamento condicional: (Descrição) ATENÇÃO: Os Bens/Produtos/insumos Condenados não podem ser comercializado(s), devolvido(s), reprocessados, aproveitados ou transferido(s), salvo mediante autorização do Responsável pelo SIM. ATENÇÃO: Os Bens/Produtos/insumos condenados só poderão ser destinados à inutilização em outro estabelecimento mediante prévio conhecimento do Responsável pelo SIM, e caberá ao depositário comprovar o encaminhamento e requerer do estabelecimento de destino laudo ou declaração do ato de inutilização.						
ASSINATUR A	Carimbo e nome legível da autoridade autuante Assinatura:	Nome legível do Autuado ou responsável	CPF:				
ASS	Assinatura Data :						
1 ^a v	1ª via Autuado 2ª via Processo 3ª via arquivo SIM						
Tes	Testemunha se necessário (nome e assinatura)						

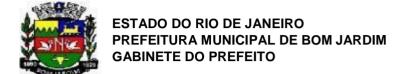
QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



ANEXO VI TERMO DE ADVERTÊNCIA

	TERMO DE A	ADVERTÊNCIA nº		
Às				
que trata a Le ADVERTIR CPF nº	speção Municipal, Matríc ei Complementar n° 37 a empresa , registrada no	cula nº7/25, regulamentada o Serviço de Inspeç	n pelo Decreto nº 5.030 ã pelo Decreto nº 5.030 ão Municipal sob o nº	o das prerrogativas /25, venho por este , CNPJ /
em virtude da	(s) infração(s) ao(s) artig	go(s)	o de Infração nº	do Decreto
е	informar	а	seguinte	decisão:
	. ,	ncidencia implicara n	as penalidades previstas	em lei.
Bom Jardim, e	em/ Assinatura	a e Carimbo do Coor	denador do SIM	
Ciente em:	/			

Assinatura do responsável pela empresa

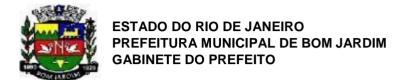


ANEXO VII

		TERI	MO DE INTIMAÇÃ	ÃO nº	
Complementar	horas de/ n° 377/25, regulamentada	a pelo Decreto nº 5	5.030/25, lavrei es	ste Termo par	ra a empresa
	, CNPJ / CPF nº		, regist	rada no Servi	iço de SIM nº
	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		Devido	o ao enquadra	amento no
inciso (s)	Artigo(s)		do(a)	,	,
				_	
		•••••			
	belecimento ciente que de de emissão deste Termo, o				
	constar, lavrei o presente temunhas, entregando a p				r mim e pelo
de ampliação	ado ciente de que poderá de prazos, defesa ou arç entro do período determina	gumentação escrita	a, acompanhada		
Bom Jardim	de de				
Sei	vidor responsável pela lav	ratura do Auto (nor	me, assinatura e d	 carimbo)	
Intir	nado / representante (nom	e, assinatura)	lo	dentidade ou (CPF
Testemunhas:					
	Nome e assinatura	a		Identida	ide ou CPF
	Nome e assinatura	 3		Identida	ide ou CPF



ANEXO VIII
TERMO ADITIVO Nº
Documento de Referência: Auto de Infração n.º
Processo nº:
IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:
Razão Social ou Nome:
SIM N°:
Endereço: CEP:
CNPJ ou CPF:
Ao(s) dia(s) do mês de do ano de , no município de Bom Jardim/RJ, eu, , Médico(a) Veterinário(a), Matrícula nº, no exercício da fiscalização de que trata a Lei Complementar nº 377/25, regulamentada pelo Decreto 5.030/25, constatei erro material no documento acima referenciado e promovo a devida correção para:
Onde se lê:
Leia-se:
Ratifico os demais dizeres do referido documento.
Fica o interessado cientificado de que tem o prazo máximo de 10 (dez) dias, para encaminhar a defesa por escrito, acompanhada das provas que entender necessárias, à representação do Município. Após o encaminhamento da defesa, ou vencido o prazo para tal, os autos serão julgados pela Autoridade Julgadora e o interessado receberá a respectiva Notificação, informando-lhe das decisões tomadas.
Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e: () Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios. () O autuado recebeu uma via deste documento em//
Assinatura do Médico Veterinário Oficial: (assinatura e carimbo)
Assinatura do Interessado:
Assinatura do Interessado: (nome e documento de identidade)

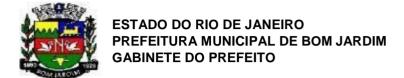


ANEXO IX

TERMO DE REVELIA

Processo nº:
Auto de Infração nº:
IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:
Razão Social ou Nome:
SIM N°:
Endereço:
Bom Jardim / RJ
CNPJ ou CPF:
Findo o prazo de que trata o Artigo do Decreto, sem que o interessado tenha apresentado defesa escrita ao Auto de Infração acima referido, é o autuado considerado REVEL .
Médico Veterinário Oficial / Coordenador: (assinatura e carimbo)
Bom Jardim. de de 20

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



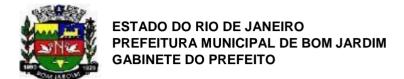
ANEXO X TERMO DE JULGAMENTO

PARTE 1: TERMO DE JULGAMENTO – AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE

TERMO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA № _____/SIM_____/ 20____ Processo nº: ___ ____ Auto de Infração nº:___ Autuado:__ CNPJ/CPF: SIM Nº:_ Em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº _____ contra o estabelecimento em epígrafe, considerando o disposto no Art. _____ do Decreto 5.030/25, a regularidade dos procedimentos fiscais, a garantia do amplo direito a defesa e do contraditório e tudo o mais que dos autos consta, acolho o parecer contido no RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PARA JULGAMENTO nº ____, e decido: I - Julgar procedente o Auto de Infração nº _____, pela irregularidade _____, infringindo __ legal); II – Aplicar, como sanção administrativa, (multa/advertência) no valor de R\$ __ ____), com fulcro no(s) _____, Inciso(s)___ _da Lei Complementar nº 377, de 29 de agosto de 2025. III – Aplicar, como sanção administrativa (outras sanções previstas EM LEI, quando for o caso). Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução, intimando-o a cumprir as exigências no prazo legal ou, em caso de discordância, recorrer à instância superior, no prazo previsto no Art. _____do Decreto 5.030/25 e Lei Complementar nº 377/25. Em caso de recolhimento da multa, o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação da Secretaria municipal de Agricultura. A não comprovação do recolhimento ensejará a inscrição na Dívida Ativa do Município, em conformidade com o Código Fazendário Municipal. Coordenador SIM Bom Jardim, ___ de ____ de 20___ () Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O autuado recebeu uma cópia deste documento em ___/___/___

Assinatura do Autuado: __ (nome e documento)



PARTE 2: TERMO DE JULGAMENTO – AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE

TERMO DE JULGA	MENTO EM PRIME	IRA INSTANCIA N	o	SIM	/ 20
Processo nº:		Auto de Infra	ção nº:		
Autuado: SIM Nº:	CND I/CD				
	CNPJ/CP				
Endereço:					
Em decorrência da lavi	atura do Auto de	Infração nº	conf	ra o esta	belecimento em
epígrafe, considerando o	disposto no Art	do Decreto	5.030/25, co	nsiderando	as informações
constantes no processo	n°	e o que dispõ	e a Lei Com	plementar	nº 377 de 29 de
agosto de 2025, o par	recer contido no R	ELATÓRIO DE IN	NSTRUÇÃO	PARA JU	LGAMENTO no
	, e decido:				
I - Julgar improcedente o	auto de infração nº				
	•	······································			
II – Cancelar o Auto de Ir	iliação supracitado.				
Notifique-se o autuado,	na forma da lai e	ncaminhando-lhe (cónia desta	decisão e	do relatório de
•	na ionna da iei, e	incamininando-ine (Jopia desta	decisao e	do relatorio de
instrução.					
	Coc	ordenador do SIM			
	Bom Jardim,	_ de	de 20		
() Encaminhado ao au	tuado por Aviso de R	tecebimento (AR) d	os Correios.		
() O autuado recebeu u	ma cópia deste docu	umento em /	/		
(, = aaiaaa , 6666000	557.5. 455.5 455.6		·		
Assinatura do Autuado: _					
() Encaminhado ao au () O autuado recebeu u Assinatura do Autuado: _	tuado por Aviso de R ma cópia deste docu	decebimento (AR) dumento em/	os Correios. /		

(nome e documento)



ANEXO XI RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PARA JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA

1. Processo nº: Assunto: Auto de Infração N°:					
2. Razão Soc	ial ou Nome do inte	eressado:			
3. Registro S	IM Nº:				
	4. Dos fatos : O auto de infração fora lavrado em/pelo Médico Veterinário oficial contra a interessada pela constatação de: <u>"(transcrição das</u>				
<u>irregularidades</u>	s conforme Auto de	<u>Infração)".</u> A ciência da autuada fora regis (assinatura do Auto de Infração / por meio	trada em		
		<u>(assinatura do Auto de Infração / por meio</u> <u>pimento)</u> . Na oportunidade, também foram			
documentos:_	(citar c	outros termos emitidos, por exemplo, Term	o de Apreensão)		
5. Base Legal	/Artigos infringido	s: Artigo(s) (combinado com)	_, do Decreto 5.030/25, e		
outros:	o autuado: A autua	(combinado com) ida é (reincidente ou primária), conforme d	enculta ao histórica do		
infrações anos	rada ao procento pr	000000			
7. Da defesa:	A interessada apres	sentou defesa no dia, ater	ndendo o prazo estabelecido		
no artigo	da Lei Complemen	tar n° 377/25, portanto considerada tempe	estiva, e argumenta que:		
OU A interes	sada apresentou de	fesa no dia, tendo ultrapas	ssado o prazo estabelecido		
no artigo	da Lei Complem	entar n°377/25, portanto é considerada int	tempestiva ou a interessada		
		nsiderada revel, conforme Termo de Reve	iia.		
6. Do mento.					
9. Conclusão	.				
10. Proposição da sanção:					
Lei: (e combinação se houver)	Classificação da infração (lei Complementar 377/25	Infração	Valor da Multa		
Artigo:	(Leve, Moderada,	(Descrição da infração conforme Auto de Infração)	% do valor máximo = R\$		
Inciso:	Grave, Gravíssima)				
Artigo:	(Leve, Moderada,	(Descrição da infração conforme Auto de Infração)	% do valor máximo = R\$		
Inciso:	Grave, Gravíssima)				
		Total:	R\$		
13. Bom Jardim Relator / Carimbo:					

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/25

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, torna público, a quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO:**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0969/2025, apensos nºs: 0615/2025, 1156/2025 e 1407/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: a eventual e futura contratação de empresa para confecção de Material Gráfico Personalizado, atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, cujas especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência, constante do ANEXO I do Edital.

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Critério de Execução: A forma de execução será INDIRETA, com prestação de serviços PARCELADA, pelo regime de TAREFA..

Custo estimado: R\$ 218.707,21 (duzentos e dezoito mil, setecentos e sete reais e vinte e um centavos) Data do certame: 13/10/2025

Abertura da Sessão: 09h30min

Início da Disputa: Após análise das propostas

ENDEREÇO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: <u>www.licitanet.com.br</u> "Acesso Identificado no link – Login" O Edital contendo maiores informações encontra-se à disposição dos interessados para download no site doMunicípio (www.bomjardim.rj.gov.br) ou e-mail licitação.bo mjardim@gmail.com e www.licitanet.com.br

Obs: As empresas declaradas suspensas de contratar com o Município de Bom Jardim não poderão participar do certame assim como as que não estiverem com as certidões em dia, salvo os casos previstos em Lei. Mais informações sobre o Edital poderão ser obtidas, no horário de 09:00h às 17:00h, diariamente, exceto no endereço à Praça Governador Roberto Silveira, 44 – 2º andar, Centro – Bom Jardim/RJ e/ou no site www.bomjardim.rj.gov.br. Licitantes o WhatsApp para suporte a plataforma Licitanet é (34) 3014-6633. Ligações para suporte a plataforma Licitanet é (34)2512-6500. Acesse este link: https://api.whatsapp.com/send/?phone=5503430146633

Marineis Ayres de Jesus Pregoeira

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



EXTRATO DO ATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2025

Processo nº 4403/2025

Expirado o prazo recursal, comunico a Adjudicação e Homologação, referente ao Pregão Eletrônico nº 042/25, com base na ata da licitação realizada aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco e no douto parecer da Procuradoria Jurídica, referente ao julgamento e legalidade da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/25, processo nº 4403/25, que trata da: "Eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios de origem animal, visando atender as demandas do Centro de Atenção Psicossocial- CAPS e da Residência Terapêutica- RT, cujas especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência, constante do ANEXO I do Edital. HOMOLOGO o resultado declarando vencedora as empresas ARMAZÉM SUPERMAC LTDA que ofertou o menor lance para o fornecimento dos itens: 01, 02, 04 e 06, no valor de R\$ 59.020,00 e a empresa COMERCIAL P&L LTDA que ofertou o menor lance para o fornecimento do item: 05 no valor de R\$ 4.800,00 totalizando o valor de R\$ 63.820,00 (sessenta e três mil e oitocentos e vinte reais).

Bom Jardim, 25 de setembro de 2025.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



Decisão de Recurso Administrativo referente ao Pregão Eletrônico nº 038/2025

O Fundo Municipal de Saúde, com base na manifestação da Pregoeira e da Procuradoria Jurídica Municipal, informa a todos os interessados que o Recurso Administrativo interposto pela empresa **GALILEU SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA** referente ao Pregão Eletrônico nº. 038/2025, processo administrativo nº 4351/2025 foi conhecido e no mérito **NÃO PROVIDO** tendo em vista o descumprimento por parte da Recorrente das disposições previstas no Edital.

Fica a Empresa ciente da presente decisão, estando os autos do processo administrativo nº 7453/2025 à disposição da mesma para retirada de cópias, bem como a íntegra decisão exarada nos autos.

Bom Jardim, 25 de setembro de 2025.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



Decisão de Recurso Administrativo referente ao Pregão Eletrônico nº 038/2025

O Fundo Municipal de Saúde, com base na manifestação da Pregoeira e da Procuradoria Jurídica Municipal, informa a todos os interessados que o Recurso Administrativo interposto pela empresa **MULTISERV SERRANA SERVIÇOS GERAIS LTDA** referente ao Pregão Eletrônico nº. 038/2025, processo administrativo nº 4351/2025 foi conhecido e no mérito **NÃO PROVIDO** tendo em vista o descumprimento por parte da Recorrente das disposições previstas no Edital.

Fica a Empresa ciente da presente decisão, estando os autos do processo administrativo nº 7451/2025 à disposição da mesma para retirada de cópias, bem como a íntegra decisão exarada nos autos.

Bom Jardim, 25 de setembro de 2025.

QUINTA-FEIRA, 25-09-2025 | Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44 - Centro - Bom Jardim - RJ | ANO III - EDIÇÃO 439



Decisão de Recurso Administrativo referente ao Pregão Eletrônico nº 038/2025

O Fundo Municipal de Saúde, com base na manifestação da Pregoeira e da Procuradoria Jurídica Municipal, informa a todos os interessados que o Recurso Administrativo interposto pela empresa **SENHOR DOS CUPINS LTDA** referente ao Pregão Eletrônico nº. 038/2025, processo administrativo nº 4351/2025 foi conhecido e no mérito **NÃO PROVIDO** tendo em vista o descumprimento por parte da Recorrente do disposto no item 8.3 do Edital.

Fica a Empresa ciente da presente decisão, estando os autos do processo administrativo nº 7452/2025 à disposição da mesma para retirada de cópias, bem como a íntegra decisão exarada nos autos.

Bom Jardim, 25 de setembro de 2025.